

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte Tribuna da Imprensa (Rio de Janeiro) Class.: 58φData 13 de maio de 1985 Pg.: \_\_\_\_\_190  
**Indigenistas pedem  
demarcação no Sul**

SANTOS A demarcação urgente das terras indígenas e a devolução das que estão invadidas constituem as reivindicações básicas do manifesto divulgado ontem em registro pela Assembléia da Regional do CIMI — Conselho Missionário Indigenista. No comunicado, os signatários reafirmam teor do documento entregue à imprensa, exigindo mudanças radicais na política indigenista oficial. E lamentam a indefinição oficial em relação à presidência da FUNAI.

A Assembléia pede solução para as aldeias Guaranis do litoral paulista., do Toldo Chumbanguê, em Santa Catarina; área Guarani de Ocoi e Barão de Antonina, no Paraná. Quanto ao posto indígena de Guarita, Rio Grande do Sul, reivindica o fim do arrendamento das terras indígenas que, "só traz prejuízos às comunidades Kaingang".

O documento é assinado pela Associação Nacional de Apoio ao Índio de ANAI Rio Grande do Sul., pelo CIMI., Conselho de Missão entre índios; Grupo de Trabalho Missionário Evangélico., Comissão Pastoral da Terra do Paraná, Santa Catarina e São Paulo.; Grupo União e Consciência Negra de São Paulo e Movimento dos Agricultores sem Terra do Sudoeste do Paraná.

Entre as conclusões finais do encontro, as entidades afirmam que o problema de Toldo Chumbanguê (em Chapecó, Santa Catarina) é o mais grave de todos, entre os povos do Sul do país. A possibilidade de uma greve de fome em protesto contra a demora do governo em solucionar a questão chegou à ser levantada, mas os participantes decidiram aguardar mais uns dias e consultar os índios sobre a realização dessa greve.

**INVASÃO**

"Há cerca de 35 anos, as terras dessa comunidade começaram a serem invadidas por agricultores, em consequência do processo de colonização que atendia à interesses da especulação imobiliária, favorecida por titulação ilegal das terras por autoridades estatais" — afirma o documento final da Assembléia. Explica ainda que há três anos os Kaingang do chimbang reivindicam do Governo federal de suas terras. Com a retirada dos colonos, sendo que desde o último dia 13 de março, encontra-se em Brasília uma comissão de 5 índios dessa área, aguardando medidas oficiais que não se concretizaram. Enquanto isso, na área, os colonos inva-

dem, destroem e roubam produtos das roças dos índios, deixando-os sem condições de sobreviver. Dos 2 mil hectares, área reivindicada, foram demarcados provisoriamente apenas 120 para subsistência dos índios.

O documento lembra que as famílias indígenas estão impossibilitadas de plantar a próxima safra, a partir de julho, e reivindica uma solução urgente para o problema, com a devolução imediata da área dos Kaingang, assentamento na região de todas as famílias dos agricultores sem terra que habitam a área indígena, reassentamento na região das famílias dos agricultores que possuem títulos de propriedade dentro da área.

O bispo de Chapecó, Dom José Gomes, explicou que os agricultores do Toldo Chumbanguê — cerca de 90 — são pequenos proprietários — que foram iludidos pela colonizadora. Eles possuem o registro de propriedade, mas quando compraram a terra, os índios já estavam lá. A expulsão dos indígenas começou em 1975. A solução legal para o caso, no entender do bispo, seria o simples retorno da área para os índios, porque pela Constituição a terra dos índios é inegociável. Portanto, os negócios foram nulos. A colonizadora deveria indenizar os compradores, mas ela não existe mais. Diante do impasse, o bispo de Chapecó acha que os agricultores possuem o direito social de receberem terra igual em outra área. Para o bispo, a população e os políticos de Chapecó ficaram do lado dos agricultores por preconceito contra os índios e por questões sentimentais: "Os índios não entram no sistema de produção capitalista e não votam" — afirmou.

No documento final de Registro, a Assembléia do CIMI reivindica o cumprimento aos compromissos assumidos pelo Governo Estadual com os Guaranis em setembro de 1983, de demarcação e regularização jurídica das terras das aldeias de Itariri, Rio Branco (Itanhaém) e Ubatuba. São reivindicadas estas medidas: desapropriação dos lotes de particulares localizados na área de Itariri e justo ressarcimento aos agricultores que os ocupam, emissão de decreto que garanta aos Guaranis de Itariri a posse permanente de sua área, deslocamento da equipe de topografia que demarcou a área de Itariri para o início dos trabalhos demarcatórios da aldeia de Rio Branco (Itanhaém), definição de prazos para início de término da demarcação da área de Ubatuba.